

3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

FERNANDA CURI ARQUITETURA LTDA



FERNANDA CURI RIBEIRO, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, arquiteta e urbanista, portadora da carteira de identidade nº A-42291-6, expedida pelo CAU-MG, nascida em 19/10/1981, inscrita no CPF 045.914.356-52, residente e domiciliada à Rua Sapucaia, 517, Bairro Retiro das Pedras, CEP: 35.460-000, Brumadinho, Minas Gerais

e

BRUNO CURI RIBEIRO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº MG-10.836.522, expedida pela SSP/MG, nascido em 06/12/1979, inscrita no CPF 043.024.556-40, residente e domiciliado à Rua Cássia, nº 218, Bairro Retiro das Pedras, CEP: 35.460-000, Brumadinho, Minas Gerais.

Únicos sócios da sociedade simples limitada **FERNANDA CURI ARQUITETURA LTDA**, CNPJ nº 10.893.775/0001-97, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas sob o nº 127.462, resolvem por este instrumento e na melhor forma de direito, dar nova redação às cláusulas do contrato social face as seguintes mudanças:

A) Aumento do Capital Social:

Aumentar o capital social em R\$ 398.000,00 (trezentos e noventa e oito mil reais) com a capitalização de saldo em conta corrente dos sócios, sendo R\$198.200,00 (cento e noventa e oito mil e duzentos reais) da sócia Fernanda Curi Ribeiro e R\$ 199.800,00 (cento e noventa e nove mil e oitocentos reais) do sócio Bruno Curi Ribeiro, passando o capital social para R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) assim distribuídos:

FERNANDA CURI RIBEIRO	R\$ 200.000,00
BRUNO CURI RIBEIRO	R\$ 200.000,00

A cláusula quinta – CAPITAL SOCIAL passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) totalmente integralizado em moeda corrente do país, e representado por 400.000 (quatrocentas mil) quotas de valor unitário igual a R\$ 1,00 (hum real) cada, distribuídas da seguinte forma:

FERNANDA CURI RIBEIRO	
200.000 (duzentas mil) quotas.	R\$ 200.000,00
BRUNO CURI RIBEIRO	
200.000 (duzentas mil) quotas	R\$ 200.000,00
TOTAL GERAL	
400.000 (quatrocentas mil) quotas	R\$ 400.000,00

B) Alteração da Denominação Social;

A denominação social da sociedade passa a ser **FERNANDA CURI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA**.

C) Inclusão de Atividades no objeto social

A sociedade passará a ter como objetivo social a prestação de serviços de urbanismo e arquitetura, paisagismo, planejamento urbano regional, elaboração de projetos, consultoria técnica e demais atividades correlatas, de construção civil de edificações em geral, fiscalização e administração de obras de construção

civil, revisão e gerenciamento de projetos de engenharia em geral além de elaboração de planos diretores e estratégicos.



Com as alterações acima, resolvem consolidar o contrato social que passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade girará sob a denominação social de **FERNANDA CURI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – SEDE, FILIAIS E FORO DA SOCIEDADE

A sociedade tem sua sede e foro à Avenida Raja Gabaglia, 3.117, Sala 121, CEP: 30.350-563, Bairro São Bento, Belo Horizonte/MG, podendo abrir filial em qualquer parte do território nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO

A sociedade tem como objetivo social, a prestação de serviços de urbanismo e arquitetura, paisagismo, planejamento urbano regional, elaboração de projetos, consultoria técnica e demais atividades correlatas, além de construção civil de edificações em geral, fiscalização e administração de obras de construção civil, revisão e gerenciamento de projetos de engenharia em geral.

CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e o início das atividades deu-se em 02 de maio de 2009.

CLÁUSULA QUINTA – CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) totalmente integralizado em moeda corrente do país, e representado por 400.000 (quatrocentas mil) quotas de valor unitário igual a R\$ 1,00 (hum real) cada, distribuídas da seguinte forma:

FERNANDA CURI RIBEIRO

200.000 (duzentas mil) quotas.

R\$ 200.000,00

BRUNO CURI RIBEIRO

200.000 (duzentas mil) quotas

R\$ 200.000,00

TOTAL GERAL

400.000 (quatrocentas mil) quotas

R\$ 400.000,00

CLÁUSULA SEXTA – ADMINISTRAÇÃO

A administração geral da sociedade será exercida, isoladamente, pela sócia **FERNANDA CURI RIBEIRO** em todos os atos praticados em seu nome, tais como abertura e movimentação de contas bancárias, emissão e endossos de quaisquer títulos, compra e venda de bens móveis e imóveis, e representação da empresa perante os órgãos ou entidades municipais, estaduais e federais, bem como toda a representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, que somente terão validade mediante a assinatura das duas administradoras da sociedade.

Parágrafo primeiro: É vedado aos administradores o uso da razão social em negócios alheios à sociedade, e em especial, em abonos, avais, fianças e outros atos de favor para terceiros.

Parágrafo segundo: A sociedade não terá Conselho Fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade dos sócios, na forma da lei, está limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme art. 1.052 da Lei 10.406 de 10/01/2002. Os sócios não responderão pelas obrigações da sociedade.



CLÁUSULA OITAVA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

As sócias declaram sob sua responsabilidade individual, para os efeitos dos dispostos no inciso II do art. 35 da Lei nº 8.934 de 18 de novembro de 1994, bem como no contido no inciso II do art. 53 do Decreto nº 1800 de 30 de janeiro de 1996, e dos § 1º e 2º do art. 147 da Lei nº 6.404 de 15 de fevereiro de 1976, que não estão incursas em quaisquer dos crimes previstos em lei, que as impeçam de exercer atividade mercantil ou o exercício da atividade de administrador de sociedade mercantil, mormente aqueles previstos no parágrafo primeiro do art. 1.011 do Código Civil Brasileiro, lei 10.406/2002.

CLÁUSULA NONA - LUCROS E/OU PREJUÍZOS

Os lucros apurados em balanço a ser realizado após o término do exercício social serão distribuídos entre as sócias na proporção do capital social e da dedicação à sociedade e no montante que deliberarem, podendo os sócios optar pelo aumento de capital social utilizando estes lucros, bem como mantê-los em suspenso e compensar prejuízos em exercícios futuros.

CLÁUSULA DÉCIMA - CESSÃO DAS QUOTAS

As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento da sociedade, cabendo, em igualdade de preços e condições, o direito de preferência aos sócios que queiram adquiri-las, no caso de algum quotista pretender ceder as que possui.

Parágrafo único: Se, após se proceder da forma descrita acima, restar parte do capital que não tenha sido adquirida por sócio que permaneça na sociedade, o saldo poderá ser alienado a terceiros, se os sócios não optarem pela redução proporcional do capital social e reembolso ao sócio retirante de conformidade com § 2º e 3º da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RETIRADA *PRO LABORE*

A administradora terá direito a uma retirada mensal pelo exercício da administração, a título de *Pro Labore*, respeitadas as limitações legais vigentes e deliberação dos quotistas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REUNIÃO ORDINÁRIA DOS SÓCIOS

Os sócios deverão se reunir anualmente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, para decidir sobre as seguintes matérias:

- I - Tomar as contas do administrador e deliberar sobre o balanço patrimonial e demonstrações financeiras;
- II - Designar e destituir administradores, quando for o caso;
- III - Determinar a remuneração dos administradores, quando não fixada no contrato social;
- IV - Modificação do contrato social;
- V - Tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo primeiro: Compete ao administrador convocar a reunião ordinária, com a designação das matérias a serem submetidas à deliberação, devendo ser convocados os sócios por escrito e com prova de recebimento, com antecedência mínima de 8 (oito) dias de sua realização.

Parágrafo segundo: Qualquer uma das sócias poderá convocar a reunião ordinária caso o administrador não a convoque no prazo de 60 (sessenta) dias da data limite para sua realização.

Parágrafo terceiro: Até 30 (trinta) dias antes da realização ordinária, os documentos a que se refere o inciso I desta cláusula devem ser postos, por escrito e com a prova do respectivo recebimento, à disposição de sócio que não exerça a administração.

Parágrafo quarto: A reunião ordinária será instalada com a presença mínima de sócios que representem a maioria do capital social.

foram   

Parágrafo quinto: Iniciada a reunião, os sócios elegerão um presidente e um secretário, responsável pela lavratura de respectiva ata, pela sua transcrição no livro próprio, e procederão à leitura dos documentos referidos no inciso I desta cláusula, os quais serão submetidos pelo presidente à votação.

Parágrafo sexto: Nas deliberações serão observados os quoruns previstos no artigo 1.076 da lei 10.406 de 10/01/2002.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOS SÓCIOS

Os sócios deverão reunir-se, a qualquer tempo, para decidir sobre as seguintes matérias, sob pena de não surtirem efeito em relação à sociedade.

- I. Destituição dos administradores;
- II. Designação de novos administradores, em documento em separado;
- III. Modificação do contrato social;
- IV. Incorporação, fusão e cisão da sociedade;
- V. Dissolução da sociedade;
- VI. Exclusão de sócio por justa causa, conforme cláusula décima quarta;
- VII. Nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas;
- VIII. Cessação do estado de liquidação;
- IX. Pedido de concordata preventiva;
- X. Pedido de auto-falência.

Parágrafo primeiro: Qualquer sócio poderá convocar a reunião extraordinária, com a designação da matéria a ser submetida à deliberação, devendo ser convocada ao outro sócio por escrito e com prova de recebimento, com antecedência mínima de 8 (oito) dias de sua realização.

Parágrafo segundo: A reunião extraordinária será instalada com a presença mínima de sócios que representem no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

Parágrafo terceiro: Iniciada a reunião, os sócios elegerão um presidente e um secretário responsável pela lavratura de respectiva ata, pela sua transcrição no livro próprio, e a matéria a ser deliberada será submetida pelo presidente à votação.

Parágrafo quarto: As deliberações constantes nos incisos I e II desta cláusula serão tomadas por sócios que representem, no mínimo, mais da metade do capital social.

Parágrafo quinto: As deliberações constantes dos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X serão tomadas por sócios que representem, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social. Se houver parcela não integralizada do capital social, a deliberação deverá ser tomada pelos quotistas representando a totalidade do capital social integralizado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUCESSÃO, RETIRADA E IMPEDIMENTO DE SÓCIO.

A sociedade não entrará em dissolução e, conseqüentemente, liquidação, por retirada, morte, incapacidade ou falência de qualquer dos sócios, desde que o outro sócio queira prosseguir com a sociedade.

Parágrafo primeiro: No caso de morte de um dos sócios, o(s) herdeiro(s) do DE CUJUS poderá(ão) fazer parte da sociedade se tiver(em) a mesma qualificação profissional do DE CUJUS ou do outro sócio e se este o(s) admitir(em) na sociedade.

Parágrafo segundo: Caso não haja acordo entre os sócios remanescentes e o(s) herdeiro(s) do sócio falecido, os haveres serão apurados mediante a correção dos valores constantes no último balanço patrimonial aprovado, com base na variação do IGPM a partir da data do balanço, e serão pagos ao(s) herdeiro(s) em 12 (doze) meses, em parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira 90 (noventa) dias após o evento e as demais nos mesmos dias dos meses subseqüentes.

foram

Parágrafo terceiro: No caso de algum dos sócios desejar retirar-se da sociedade deverá notificar os outros, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e seus haveres ser-lhe-ão reembolsados na modalidade que se estabelece no Parágrafo segundo desta Cláusula.

Parágrafo quarto: Na vigência deste instrumento, ocorrendo impedimento, incapacidade ou decretação de falência ou insolvência civil de qualquer dos sócios, este será excluído da sociedade, mediante alteração contratual e seus direitos e haveres serão pagos na forma do Parágrafo Segundo desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – EXERCÍCIO SOCIAL.

O exercício social se findará no dia 31 de dezembro de cada ano civil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASOS OMISSOS

No que for omissos, o presente contrato rege-se pelas normas aplicáveis às sociedades anônimas, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 1.053, do Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406/2002.


E, estando os sócios justos e acertados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, na presença das testemunhas abaixo.

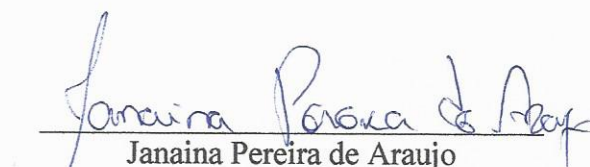
Belo Horizonte, 09 de outubro de 2015.



FERNANDA CURI RIBEIRO


BRUNO CURI RIBEIRO

TESTEMUNHAS:


Marcus Vinícius Vitória França
CPF: 119.000.676-68
CI: 24.307 CRC/MG


Janaina Pereira de Araujo
CPF: 055.958.716-36
CI: MG-11.774.580 SSP/MG

**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**
Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3878
www.cartorioespessoasjuridicas.com.br - cartorioptjui.com.br

FERNANDA CURI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA

AVERBADO(A) sob o nº 6, no registro 127462, no Livro A, em 10/12/2015

Belo Horizonte, 10/12/2015

Emol: (6201-8) R\$ 2.40 TFJ: R\$ 0.81 Rec: R\$ 0.14 - Total: R\$ 3.35



() José Nadi Néri - Oficial () Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
Escreventes: () Edy Wesley Rodrigues Mendes () Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho

**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**
Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3878
www.cartorioespessoasjuridicas.com.br - cartorioptjui.com.br

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

SELO ELETRÔNICO Nº AJF50121
CÓD. SEG.: 9894.8565.6662.7793

Quantidade de Atos Praticados: 00001
Emol: R\$ 2.54 TFJ: R\$ 0.81 Total: R\$ 3.35

Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

() José Nadi Néri - Oficial () Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
Escreventes: () Edy Wesley Rodrigues Mendes () Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho